



Prefeitura
Municipal de
Cordeirópolis

Lei nº 3.097
de 14 de junho de 2018.

Determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada, no território do município de Cordeirópolis dá outras providências.

Jose Adinan Ortolan, Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, **faço saber** que a **Câmara Municipal de Cordeirópolis** aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica determinado à obrigatoriedade da comprovação documental da origem legal do uso de madeira a serem utilizadas nas obras públicas, processos industriais, construção civil em toda a extensão do município de Cordeirópolis.

Art. 2º - Ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - DOF (Documento de Origem Florestal) - instituído pela Portaria nº 253, de 18 de agosto de 2006, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), constitui licença obrigatória para o transporte e armazenamento de produtos florestais de origem nativa.

II - CADMADEIRA (Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira) instituído pelo Decreto Estadual nº 53.047, de 2 de junho de 2008;

III - PRODUTO FLORESTAL BRUTO Segundo a Instrução Normativa IBAMA nº 9/2016, define:

Parágrafo Único - Aquele que se encontra no seu estado bruto ou in natura, nas seguintes formas:

- a) madeira em tora;
- b) torete;
- c) poste não imunizado;
- d) escoramento;
- e) estaca e mourão;
- f) acha e lasca nas fases de extração/fornecimento;

continua



- g) lenha;
- h) palmito;
- i) xaxim.

IV - PRODUTO FLORESTAL PROCESSADO segundo a Instrução Normativa IBAMA nº 9/2016, define:

Parágrafo Único - Aquele que, tendo passado por atividade de processamento, obteve a seguinte forma:

- a) madeira serrada;
- b) piso, forro (lambрил) e porta lisa feitos de madeira maciça;
- c) rodapé, portal ou batente, alisar, tacos e *decking* feitos de madeira maciça e de perfil reto, e madeiras aplainadas em 2 ou 4 faces (S2S e S4S);
- d) lâmina torneada e lâmina faqueada;
- e) resíduos da indústria madeireira para fins energéticos ou para fins de aproveitamento industrial;
- f) dormentes;
- g) carvão de resíduos da indústria madeireira;
- h) carvão vegetal nativo, inclusive o empacotado na fase de saída do local da exploração florestal e/ou produção;
- i) artefatos de xaxim na fase de saída da indústria;
- j) cavacos em geral;
- l) bolacha de madeira.

Art. 3º - A Prefeitura Municipal de Cordeirópolis através da Secretaria de Obras e Planejamento adotará os seguintes procedimentos para a aplicação desta lei:

§ 1º - Lançar nas planilhas das obras de construções, edificações, reparos e reformas de execução pública ou terceirizada a obrigatoriedade do uso de madeira de procedência legal.

§ 2º - Exigir a apresentação do DOF (Documento de Origem Florestal) nos recebimento de obras de construções, edificações, reparos e reformas de executadas por empresas terceirizadas, quando se tratar de madeira de origem nativa.

§ 3º - Exigir de todos os fornecedores a comprovação da procedência legal da madeira, na aquisição de madeiras para obras de construções, edificações, reparos e reformas de execução própria.

continua



Prefeitura
Municipal de
Cordeirópolis

Lei nº 3.097/2018

continuação

fls. 03

§ 4º - Lançar nos Memoriais Descritivos das Plantas e Projetos de obras e reformas de particulares aprovados, a obrigatoriedade do uso de madeira de procedência legal e da exigência a apresentação do DOF (Documento de Origem Florestal) quando se tratar de madeira de origem nativa para: expedição de Habite-se, Aceite e Certidão de Conclusão.

§ 5º - Exigir para expedição de Habite-se, Aceite e Certidão de Conclusão, a apresentação do DOF (Documento de Origem Florestal) e Nota Fiscal que comprove a origem legal quando se tratar de madeira de origem nativa.

§ 6º - Exigir a assinatura do requerente em termo de ciências das orientações constante no Memorial Descritivo de obras e reforma.

§ 7º - As disposições previstas neste artigo serão dispensadas em caso de reaproveitamento de madeira utilizada nas construções, a ser comprovado pela Prefeitura.

Art. 4º - As compras que tenham por finalidade a execução e ou contração de serviços de obras e engenharia, ou aquisição de material ou algum outro serviço/atividade que compreenda a utilização ou fornecimento de madeira, deverão estar de acordo com as exigências estipulados nesta lei.

Art. 5º - A instalações de indústrias ou comercio de madeireiras, no município de Cordeirópolis, somente será permitida com apresentação prévia do CADMADEIRA, documento que será solicitado na inscrição cadastral das mesmas.

Art. 6º - Todos os estabelecimentos comerciais que trabalham e comercializam madeiras são obrigados apresentar os documentos previstos na legislação vigente, estarão sujeitos a fiscalização, que serão realizadas pelos órgãos municipais.

Parágrafo Único - O não cumprimento das especificações descritas nos termos desta lei acarretará ao infrator penalidades previstas na legislação federal pertinente.

Art. 7º - Todo o valor convertido dos passivos previsto da presente lei deve ser convertido ao Fundo Municipal de Meio Ambiente

Art. 8º - O Poder Executivo poderá regulamentar a Lei em questão sempre que couber.

continua



Prefeitura
Municipal de
Cordeirópolis

Lei nº 3.097/2018

continuação

fls. 04

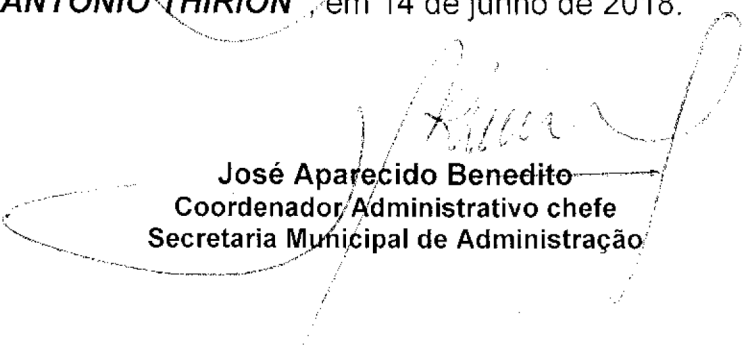
Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 14 de junho de 2018, 120 do Distrito e 71 do Município.


José Adinan Ortolan
Prefeito Municipal de Cordeirópolis


Marco Antonio Nascimento
Secretário Municipal de Administração

Registrada e arquivada na Coordenadoria Administrativa - Secretaria de Administração - Paço Municipal "**ANTONIO THIRION**", em 14 de junho de 2018.


José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo chefe
Secretaria Municipal de Administração